

A Sociologia e os Problemas Florestais

EDGAR DE VASCONCELOS

Professor Titular de Sociologia e Antropologia
Social da Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO: 1. Introdução — 2. A Sociologia e os Problemas Florestais — 3. A Posição Florestal do Brasil — 4. Medidas Necessárias.

1. INTRODUÇÃO

Seria dispensável destacar o papel que a Sociologia poderá desempenhar no estudo de uma série de *problemas humanos*, que se acham envolvidos nos problemas florestais, deste país.

Não somos especialistas em Direito Florestal e muito menos em Silvicultura. Nossa experiência, nesta área, se prende ao fato de havermos freqüentado, durante algumas semanas, as atividades que se desenvolvem em dois importantes distritos florestais do Estado de Israel, isto é, o Distrito Florestal da Alta Galiléia e o Distrito do Corredor de Jerusalém onde tivemos ocasião de ver, com nossos próprios olhos, o esforço hercúleo que ali se desenvolve, hoje, para a recuperação da cobertura florestal dessas duas áreas. No primeiro deles, tivemos ocasião de ver que alguns cientistas israelitas estão mesmo fazendo estudos de micropaleontologia para identificar, nas camadas sedimentares da região, os fósseis de sementes das árvores autóctones, que dali já desapareceram a milênios. Esse estudo nos pareceu de suma importância, para aquele pequenino país, inteiramente desnudo e dominado pelas dunas de areia, que, anualmente, invadem o seu território, trazidas pelo *ramcin* que sopra durante 40 dias, naquela parte da Palestina.

Felizmente, o Brasil não possui ainda nenhum dos problemas florestais graves, que os judeus estão enfrentando em seu território, desde o ano de 1948, em que foi reconhecida a sua Independência pela ONU, e da qual teve participação um brasileiro eminente, o Ministro Oswaldo Aranha, cujo nome é ali venerado, ainda hoje, pela comunidade israelita.

2. A SOCIOLOGIA E OS PROBLEMAS FLORESTAIS

Muitos problemas florestais estão diretamente ligados à Sociologia, como ciência que estuda os grupos humanos. Quando tivemos oportunidade de integrar a Direção do Instituto Estadual de Florestas, no Governo Magalhães Pinto, ficamos vivamente impressionados com a devastação das matas, na região do “polígono siderúrgico” onde o homem, imprevidentemente, derrubou as suas reservas florestais, sem se preocupar com o seu restabelecimento. Essa região nos pareceu, pois, com a do chamado Corredor de Jerusalém, em virtude da sua declividade, da aridez de suas terras e da ausência quase que absoluta de revestimento florestal. Diante daquele quadro desolador, que se estende próximo às nossas indústrias siderúrgicas, resolvemos fazer uma pesquisa sociológica, para verificar o comportamento dos grupos da região, em relação ao “problema do reflorestamento”. Nosso objetivo fundamental nessa pesquisa foi saber “porque o homem daquela área não cogitava de promover o seu reflorestamento”? Algumas respostas nos deram a chave do problema: a primeira delas, com 62% de incidência, nos esclarecia que o *homem* não promovia o reflorestamento da área, porque o retorno do esforço expendido era muito demorado, de vez que só depois de dez anos podia ele fazer o primeiro corte das árvores. O *immediatismo* era, portanto, o maior responsável por essa *atitude de indiferença*, em relação ao reflorestamento. Alguns entrevistados alegaram, também, sérios problemas na região, tais como necessidade de combater a saúva, de adubar e de corrigir os solos, para que o reflorestamento possa ser efetivo. Com isso, percebia-se que não havia motivação para esse tipo de atividade. Examinamos, ainda, nessa pesquisa, o grau de educação florestal do povo,

e verificamos que a ignorância era completa. Nenhuma das professoras entrevistadas no universo da pesquisa foi capaz de responder as mais elementares perguntas que lhe fizemos sobre as relações que existem entre a flora e a fauna, ou a importância da árvore no controle ecológico. A única atividade que mencionaram foi a realização de "festa escolar" no dia da árvore, com declamações de poemas a ela alusivos. Fora disso, nada mais.

3. A POSIÇÃO FLORESTAL DO BRASIL

Quando consideramos as reservas florestais do Brasil, tomado como um todo, verificamos que ele ainda ocupa uma posição de relevo, no cenário mundial, porque em primeiro lugar vem a Rússia, em segundo lugar o Canadá e, em terceiro o Brasil, como os três países que possuem, ainda hoje, as maiores áreas florestadas do mundo. Mas, isso não nos deve encher de otimismo, porque dentro desse cômputo geral, está incluída a fabulosa floresta amazônica que é, sem dúvida, o maior maciço florestal do mundo.

Quando, porém, examinamos a situação florestal em outras regiões do país, verificamos que o estado é de verdadeira calamidade que precisa ser urgentemente atendida. Segundo os mais acreditados silvicultores, qualquer país precisa ter um mínimo de cobertura florestal, para que não se produzam grandes desequilíbrios ecológicos na vida de seu povo. Esse mínimo está estabelecido na base de 19% do seu território. Em muitas regiões do Brasil, já ultrapassamos, há muito tempo, esse mínimo desejável. No Estado de Minas, segundo as últimas estimativas, esse mínimo já caiu para menos de 11% e muito pouco temos feito para podermos conjurar a crise, ou a série de desequilíbrios ecológicos, que nos espreitam por toda parte.

Em Minas a situação se agrava de ano para ano em virtude do grande número de siderúrgicas que operam em base de carvão vegetal. É espantoso que, com um enorme potencial hidrelétrico só tenhamos, em nosso Estado, uma única eletrosiderurgia. E a razão disso está no fato de que as empresas estrangeiras, que operam na redução de nosso minério de ferro,

preferem continuar devastando as nossas matas, ao invés de fazer grandes investimentos, para ajustarem suas usinas à utilização da energia elétrica. E nisso parece coisa que a atitude dos governos tem sido meramente contemplativa, sem elaborar um mecanismo de controle sério a essas grandes indústrias, a fim de evitar que elas continuem devorando os recursos florestais existentes ainda no território nacional. Sabemos de uma dessas siderúrgicas que consome, diariamente, três mil metros cúbicos de carvão vegetal, o que representa quase 6 mil metros cúbicos de madeira por dia. Neste ano de 1978 e a projeção para 1979, o consumo de carvão para todo o Brasil, por 1.000 toneladas é e será da ordem de 109.762 e 118.739, respectivamente. O chamado Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais apresenta, hoje, a maior concentração de indústrias siderúrgicas do Brasil, muito superior a do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por isso, é natural que tenhamos sofrido até hoje o maior dano, em nossa cobertura florestal, porque, na realidade, a nossa indústria siderúrgica foi implantada e se mantém tradicionalmente, em base de carvão vegetal.

Por isso, “o carvão vegetal é imprescindível ao parque siderúrgico já instalado”, e se não cogitarmos seriamente do problema de reflorestamento correremos o risco de um colapso na nossa economia, proveniente desse setor de produção. Daí a necessidade que temos de fiscalizar e defender os nossos matos florestais, de modo que eles possam continuar dando “resposta”, por muito tempo ainda, à demanda de nossas usinas siderúrgicas. Por outro lado, cumpre estimular, através dos incentivos fiscais, a expansão do processo de reflorestamento que, em muitas áreas, caiu em ponto morto, deixando imensas extensões territoriais inteiramente ociosas.

Nesse particular, a Sociologia poderá prestar inestimável serviço aos governos, procurando identificar essas “áreas ociosas” e estudar a atitude de alienação em que vive o homem, em relação ao processo de reflorestamento. O sociólogo poderá investigar, através da pesquisa de campo, quais são os fatores que estão desestimulando o homem, para que ele permaneça indiferente aos incentivos governamentais que estão sendo postos ao alcance de sua mão para a promoção do refloresta-

mento das glebas devastadas. É certo que nessa atitude de aparente indiferença devam estar envolvidos fatores *econômicos, sociais e culturais*, que ainda não foram identificados, cientificamente, para que sirvam de base a uma "política de reflorestamento, neste Estado e neste País. Este é, no nosso modo de entender, a missão do sociólogo, face aos nossos inúmeros problemas florestais.

Sabemos que o Instituto Estadual de Florestas, sob a direção de nosso ex-aluno, Dr. José do Carmo Neves, tem desenvolvido um enorme esforço, no sentido de evitar que se aumente o desequilíbrio entre a demanda e a capacidade de atendimento do nosso patrimônio florestal. Mas, por mais ingentes que tenham sido os seus esforços, nesta área, verifica-se que ainda falta uma "consciência florestal", no seio de nosso povo, não só para a proteção dos recursos ainda existentes, mas, também, para a sua expansão, através de um esforço integrado, que envolva, a um tempo, governo e povo, preservação desse grande potencial que ainda nos resta, sobretudo, no extremo Norte do País.

Em Minas, os distritos florestais implantados pelo IEF estão desenvolvendo um esforço digno dos maiores encômios, mas ainda assim vemos que muita coisa se pode fazer. É verdade que os orçamentos do Instituto Estadual de Floresta não propiciam ao seu Presidente maiores larguezas de recursos, para um plano de maiores dimensões. Por isso, é necessário que todas as classes sociais participem do seu esforço, sem o que continuaremos a marchar cegamente, na transformação de nossas florestas em verdadeiros desertos, como já se observa em algumas regiões do País.

A exploração da madeira é uma das atividades mais tradicionais do Brasil. Durante 32 anos, no início do século XVI, outra coisa não fez a coroa portuguesa senão conceder a particulares a exploração da madeira existente, na chamada *mata costeira*, hoje inteiramente extinta, na extensa faixa do nosso litoral. Depois vieram os engenhos de açúcar, e, com eles, a devastação das matas continuou, sem remissão. Adquirimos uma espécie de hábito predatório, de utilização de nossos recur-

sos florestais, que foram amplamente explorados, durante todo o período colonial. Depois passamos a exportar. Os países europeus, que protegiam as suas reservas, estimulavam, entre nós, a exploração de nossos recursos. Chegamos a ser, neste particular, um dos maiores países exportadores de madeira do mundo. Ainda hoje o nosso índice de exportação de madeira é enorme e chega mesmo a alarmar muita gente que estuda o problema.

E esta é a razão por que não devemos nutrir grande entusiasmo quando, em nossa balança de comércio, a exportação da madeira carrega para o nosso erário vultosas somas em dinheiro. Os países que possuem uma perfeita "consciência florestal" são aqueles que menos exportam madeira para o resto do mundo. Vêde o que acontece com inúmeros países europeus, onde as florestas seculares recobrem, às vezes, metade de seu território, como acontece com a União Soviética e com o Canadá, na América do Norte. Já o mesmo não sucede com os países subdesenvolvidos, nos quais os recursos são utilizados de maneira indiscriminada e sem qualquer sentido de previsão do futuro. É isso que acontece com a maioria dos países africanos e com os países da América Latina, onde, infelizmente, o Brasil ocupa lugar destacado, como exportador de madeira.

Desse modo, sofremos, a um tempo, duas espécies de sangrias no nosso organismo florestal — uma com a transformação da madeira em carvão, para a alimentação de nossos altos fornos, e outra com a exportação da chamada madeira de lei, que tem sustentado, em boa parte, a nossa balança de comércio.

As chamadas usinas integradas, em base de carvão vegetal, e em número de 10, sendo 8 de capital privado e 2 para-estatais, estão aí disseminadas, por toda parte, devorando as nossas matas, que, depois, são por elas substituídas por *florestas homogêneas*, estranhas ao nosso meio e impróprias para a expansão de nossa fauna, que se vai extinguindo, lentamente, por falta de condições adequadas de sobrevivência.

São esses os problemas florestais de nossos dias que mais nos têm preocupado e que justificam, plenamente, o belíssimo movimento de conscientização das elites desta Capital, levado

a efeito pela Faculdade de Direito da U.F.M.G. E foi pensando nesses mesmos problemas que não recusamos o convite que nos foi feito para esta palestra, embora saibamos das inúmeras limitações que possuímos para dar cabal desempenho da tarefa.

Na região amazônica possuímos cerca de 355 milhões de hectares cobertos em floresta densa, o que representa 42% da área geográfica do Brasil, com 851 milhões de ha. Ora, precisamos preservar esse imenso patrimônio florestal. Não podemos deixar que dele se apropriem e o explorem criminosamente potências estrangeiras, que só têm o interesse, entre nós, que é o de carrear para seus países de origem os imensos recursos que podem retirar de nosso território. É neste sentido que queremos alertar a juventude, depositária de nossas grandes esperanças, para que ela não incida nos mesmos erros, em que incidiram os nossos antecessores. Só ela poderá organizar um dispositivo eficiente de defesa desse imenso patrimônio, preparando-se em nossas universidades para assumir, amanhã, o controle político, econômico e social deste país, vítima do despreparo de muitos que o tem dirigido até o presente momento.

4. MEDIDAS NECESSÁRIAS

Até aqui, fizemos o papel do médico que encareceu a gravidade da moléstia, mas não prescreveu ainda a terapêutica necessária para o mal. É o que pretendemos fazer, agora, apresentando, neste final de palestra, algumas sugestões às autoridades florestais aqui reunidas: 1) precisamos criar uma consciência florestal, neste Estado e neste País, através de uma educação de base que atinja, não só a *escola urbana*, mas preferencialmente a *escola rural*, mais em contacto com as nossas reservas florestais. Não adianta lembrar a existência da árvore, durante um dia, e esquecê-la durante os outros 364 dias do ano. Não é com festas escolares, para a comemoração do Dia da Árvore que havemos de criar essa consciência florestal, é falando dela e da sua importância, todos os dias, com as crianças de nossas escolas. Foi assim que outros países

criaram a sua consciência florestal, e é assim que devemos de criar a nossa para podermos salvar os últimos redutos verdes que nos restam; 2) precisamos facilitar por todos os meios e modos a formação dos engenheiros e técnicos florestais, para que elas possam atuar, diretamente no campo, quer como extensionistas, quer como pesquisadores, quer como educadores, nos vários ramos em que se divide hoje a ciência florestal. Pois, sem o esforço integrado desses profissionais, jamais poderemos enfrentar os grandes problemas, que nos estão desafiando, no setor da Silvicultura Nacional; 3) É necessário que os governos sensibilizem as siderúrgicas que atuam em nosso meio, para que participem de um movimento de âmbito nacional, não só de expansão, mas, também, de defesa de nosso patrimônio florestal. Como consumidoras de carvão vegetal, elas são as maiores interessadas no suprimento do potencial energético que usam, diariamente, em suas indústrias. Daí a razão por que devem elas estar diretamente envolvidas, num movimento dessa natureza; 4) Devem ainda os governos ser mais generosos com os órgãos que cuidam da defesa e da expansão de nossa cobertura florestal, porque é dela que provém, também, uma boa parte de nossas divisas; 5) Finalmente, todo o povo, em todas as classes sociais deverá participar do movimento de defesa de nossos recursos florestais, impedindo a exportação de madeira e limitando a sua utilização, apenas, às nossas serrarias, às nossas indústrias de aglomerados e às nossas indústrias de papel.

No dia em que pudermos realizar, tranqüilamente, todas essas coisas, com um alto sentido patriótico de defesa daquilo que é nosso, contra a ambição desmedida daqueles que interna e externamente cobiçam as nossas grandes riquezas, o Brasil terá dado um passo avançado, na conquista de sua independência econômica, entre os países do Terceiro Mundo...